

**Educação e Higiene no Rio de Janeiro oitocentista: o caso do Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894)**

Douglas de Araújo Ramos Braga\*

**Resumo**

Ao longo da segunda metade do século XIX, a criança *desvalida* tornou-se objeto de atenção de diversos saberes, objeto de novas legislações e alvo de instituições criadas especificamente para este público, caso do Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894). Em meio a um projeto civilizacional do Império, no Asilo meninos órfãos ou enviados pelos pais ou responsáveis em estado de pobreza recebiam educação primária e aprendiam ofícios, para que se tornassem cidadãos úteis ao país. Entretanto, a análise das fontes vem demonstrando que os processos de admissão e desligamento dos meninos da instituição envolviam diversos atores, com diferentes interesses, apontando para um papel ativo dos familiares e membros da elite imperial nestes procedimentos, e que podem ter influenciado o projeto do Asilo ao longo de sua existência. Ao mesmo tempo, a historiografia da Educação e da Medicina vem apontando a importância que a criança e a educação adquiriram no discurso dos médicos higienistas ao longo dos oitocentos. Discutindo com uma perspectiva que enfatiza o poder médico e a atuação dos higienistas, novas abordagens vêm demonstrando a complexidade da Medicina no período imperial, e os diversos limites da ação da Higiene na época. Nesse sentido, o presente estudo é um esforço de discutir a dinâmica da instituição, os atores sociais envolvidos, além de analisar se princípios defendidos pelos higienistas estiveram presentes na experiência do Asilo de Meninos Desvalidos.

Palavras-chave: Educação; Higiene; Asilo de Meninos Desvalidos.

**Abstract**

Throughout the second half of the nineteenth century, the destitute child has become the object of attention of diverse knowledge, object target of new legislation and institutions

---

\*Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. Bolsista CAPES, sob orientação do Prof. Dr. Flávio Coelho Edler.

created specifically for this audience, as the Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894). Amid a civilizational project of the Empire, in the Asilo orphans or children sent by their parents or responsible in poverty received primary education and learned crafts, so that they could become useful citizens to the country. However, the analysis of the sources has shown that the processes of admission and resignation of the boys of the institution involved several actors with different interests, pointing to an active role of the family and members of the imperial elite in these procedures, and that may have influenced the institution throughout its existence. Simultaneously, the historiography of Education and Medicine is pointing to the importance that the child and education acquired in the discourse of medical hygienists throughout the nineteenth century. Discussing with a perspective that emphasizes the power and performance of medical hygienists, new approaches have demonstrated the complexity of medicine in the imperial period, and the various limits of the action of Hygiene at the time. In this sense, this study is an effort to discuss the dynamics of the institution, the social actors involved, and consider whether principles advocated by hygienists were present in the experience of the Asilo de Meninos Desvalidos.

Keywords: Education; Hygiene; Asilo de Meninos Desvalidos

De uma forma geral, o século XIX é apontado pela historiografia como o período na história do Brasil em que se consolidou a ideia da infância como uma fase específica da vida. Entretanto, diferentes expectativas, práticas e representações sociais existiam sobre a criança.

Nesse sentido, Schueler destaca (2009: 1-2) que, além de fatores relacionados à idade, diversas outras questões interferiam nos papéis e desempenhos que se esperavam das crianças, como relações de classe, etnia e gênero. Nesse sentido, começaram a emergir adjetivações que separavam as crianças, como *infância desvalida*, *infância abandonada* e o *menor*<sup>1</sup>. Estas categorias são um indício das diferenças e desigualdades

---

<sup>1</sup> Como ressalta Rizzini (2007: 26), nas últimas décadas do século XIX se tornou mais frequente o uso do termo “menor” para identificar as crianças que circulavam pelas ruas, trazendo diversos atributos negativos (eram “vadios”, “vagabundos”, “viciosos”), além da associação do termo à criminalidade. Pelo artigo n. 13 do Código Criminal de 1830, os menores de até 14 anos estavam isentos de serem processados criminalmente, a menos que se provasse que houvessem agido com discernimento. Em estudo anterior (Braga, 2011), destacamos como estes adjetivos eram utilizados no Instituto de Menores Artesãos, instituição que funcionou entre 1861 e 1865 no mesmo espaço institucional da Casa de

que envolviam a ideia de infância e para a diversidade de projetos educacionais existentes voltados para esta população. Ao lado de escolas elementares, secundárias e das faculdades, surgiram outras instituições educativas que tinham como projeto a promoção dos ideais de civilidade. Dentre estas instituições, internatos (voltados predominantemente para a criança de elite) e asilos tiveram grande importância, sendo criados em diversas regiões do país e por iniciativa de diversos atores.

Portanto, havia um interesse crescente pelas crianças, que deixaram de ocupar um papel secundário nas famílias e passaram a ser vistas como elementos fundamentais para a construção da nação. Desta forma, segundo Rizzini (2007: 27), educar a criança torna-se sinônimo de moralizar e civilizar o país, enquanto uma duplicidade de significados passa a se tornar frequente nos discursos das elites: a crianças deveriam ser protegidas, mas, no caso específico das de famílias pobres, também deveriam ser contidas, para que não causassem danos e problemas à sociedade.

No campo da educação, o *Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte*, estabelecido pelo decreto nº 1331-A de 17 de fevereiro de 1854, e elaborado pelo jurista Couto Ferraz (barão do Bom Retiro) tornou obrigatório o ensino primário (cujo currículo compreendia leitura, escrita e aritmética, doutrina cristã, geografia e história pátria) para os indivíduos livres entre 7 e 14 anos de idade, sob pena de multa de 20 a 100 réis aos pais ou responsáveis por crianças que, nesta idade, não frequentassem a escola. Por outro lado, o Regulamento não tornou obrigatório o ensino secundário, que continuaria restrito a uma pequena parcela da população livre (com as atividades políticas e intelectuais e os cargos públicos continuando reservados como privilégio das classes senhoriais); e determinava que meninos de até 12 anos, que fossem encontrados “vagando” pelas ruas ou que estivessem em extremo estado de pobreza e mendicidade, fossem matriculados nas escolas públicas ou particulares subvencionadas pelo Estado, e que receberiam deste o vestuário e o material escolar.

---

Correção da Corte, e que tinha uma seção exclusiva para recebimento de “menores” enviados pela polícia como vadios e abandonados, ou enviados por pais ou tutores como portadores de má índole, e que seriam corrigidos através da disciplina e do aprendizado de ofícios. Além disso, em caso de fuga, era comum o diretor do Instituto atribuir o fato à natureza dos “menores”, considerados incorrigíveis, preguiçosos, portadores de hábitos viciosos, dentre outras categorizações. Entretanto, as dificuldades na administração eram imensas (falta de verbas, má estrutura, fugas e crimes dentro da instituição), e a eclosão da Guerra do Paraguai levou ao seu fechamento, com cerca de 1/3 dos menores ali presentes sendo enviados para tomarem praça na Marinha.

Além disso, previa a criação de uma instituição voltada especificamente para receber estes meninos.

No que tange especificamente à assistência e educação para as crianças pobres, a segunda metade do século XIX assistiu ao surgimento de instituições de caráter não-religioso (embora a religião e os princípios religiosos continuassem intimamente presente no cotidiano das instituições, como no caso do Asilo de Meninos Desvalidos) e não-militar<sup>2</sup> na Corte voltadas para esta população específica. Novas concepções acerca do trabalho também se desenvolveram neste período. Segundo Teixeira (2006: 20), em contraposição à rua (local próprio à vagabundagem), a educação pelo trabalho era vista como uma possibilidade de regeneração para a infância desvalida. A ideia predominante em boa parte da sociedade ligava crianças pobres e trabalho como forma de evitar a marginalidade.

Como já foi citado, a Reforma de Couto Ferraz de 1854 previa a criação de uma instituição deste tipo, e a inauguração oficial do Asilo de Meninos Desvalidos em 1875, costuma ser relacionada a essa lei, levando os autores a questionarem os motivos do intervalo de tempo de cerca de 20 anos entre ambas. (Souza, 2008; Martins, 2004). A Guerra do Paraguai, a preocupação cada vez maior com o problema das crianças pobres e a importância da infância para o projeto civilizatório imperial; a necessidade de formação de uma mão-de-obra nacional; a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, e a necessidade de dar um destino para os meninos libertos e ingênuos; além da ação do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira são fatores relacionados à criação da instituição.

O Asilo foi, então, criado, pelo Decreto n° 5532<sup>3</sup>, de 24 de janeiro de 1874, do ministro do Império e Conselheiro João Alfredo, recebendo regulamento<sup>4</sup> pelo decreto

---

<sup>2</sup> Jorge Prata de Sousa (1999: 37-53) aborda esta questão, considerando que na década de 1830, momento de consolidação das Forças Armadas nacionais e pensando na instrução de crianças pobres a fim de formar um contingente profissional para atuar na Marinha e na Guerra, o Império determinou o envio de órfãos para estes arsenais. Na década seguinte, foram instituídas as Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes Marinheiros ao longo do território imperial. O objetivo central era evitar que crianças desvalidas tornassem-se futuros vadios, inúteis e perigosos à sociedade. Tanto no caso do Instituto de Menores Artesãos quanto no Asilo de Meninos Desvalidos, os meninos considerados “incorrigíveis” eram enviados para a Companhia de Aprendizes Marinheiros, a fim de lá serem disciplinados.

<sup>3</sup> O Decreto previa a criação de 10 escolas públicas de instrução primária, sendo uma delas para a execução do que estava disposto nos artigos 62 e 63 do Regulamento de 1854 (que citamos anteriormente), destinada a Casa de Asilo para os meninos que se encontrassem nas disposições previstas

nº 5849, de 9 de janeiro de 1875, mas só sendo inaugurado oficialmente em 14 de março de 1875, contando com a presença do Imperador D. Pedro II. O Asilo de Meninos Desvalidos funcionou com essa designação até 1894, quando com o fim de se especializar na profissionalização, o Asilo foi transferido da Diretoria de Higiene e Assistência Pública para a de Instrução Pública, com seu nome sendo modificado para Instituto Profissional. Em 1898, o nome foi novamente alterado para Instituto Profissional Masculino, para se distinguir do Instituto Profissional Feminino que existia no Rio de Janeiro. Em 1910, a instituição passou a se designar Instituto Profissional João Alfredo, uma homenagem ao Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, o fundador da instituição.

Por outro lado, a historiografia da Educação e da Medicina tem destacado como, ao longo do século XIX, a questão da infância e de sua educação esteve presente nos discursos médicos, principalmente no caso dos higienistas.

De uma forma geral, o período imperial é apontado como a época de institucionalização da Medicina no Brasil. Este processo, com a consolidação de um corpo médico nacional e em combate a práticas populares de cura (dos acusados de “charlatães”), começou com a fundação das academias médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro (1813) e da Bahia (1815), da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro<sup>5</sup> (1829) e da transformação das academias em Faculdades de Medicina (1832). Na faculdade do Rio de Janeiro, desde 1832, o ensino de higiene compunha o 6º ano do currículo dos futuros médicos, e as leituras feitas no curso eram predominantemente de manuais e compêndios franceses. Contudo, nem todos os médicos eram higienistas ou partilhavam das mesmas concepções, com grande parte se voltando para o exercício da clínica. A

---

nestes artigos, e regida por um regulamento a ser expedido pelo Governo Imperial. In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5532-24-janeiro-1874-550082-publicacaooriginal-65715-pe.html>, acesso em 22/03/2013.

<sup>4</sup> Ao longo de sua existência como Asilo de Meninos Desvalidos, a instituição só teve dois regulamentos, o supracitado de 1875 e outro posterior, aprovado pelo decreto nº 8910, de 17 de Março de 1883. Este último mudou a idade de entrada de 6 a 12 para entre 8 a 12 anos, podendo o menino permanecer na instituição até 21 anos, além de ter elevado o número máximo de asilados de 100 para 200.

<sup>5</sup> No caso da Sociedade, ela teria sido fundada segundo as concepções políticas e teóricas do movimento higienista europeu. Representava, também, a conversão da saúde em tema de interesse público. Entretanto, mesmo sendo uma sociedade reconhecida pelo Estado, não recebia sustento do governo para sua manutenção, e só conseguiu sobreviver com a sua conversão em instância estatal a partir de 1835, se transformando em Academia Imperial de Medicina. (Ferreira, Maio, Azevedo, nov. 1997 – fev. 1998, 1998).

partir da década de 1870, ocorreu uma inflexão nos programas de pesquisa médica das instituições e expostos nos periódicos, com o impacto das pesquisas experimentais. A emergência da Medicina Experimental e novas especialidades clínicas tornaram imperativa uma reforma curricular das faculdades de Medicina e o surgimento de novos profissionais especialistas. (EDLER, 2001: 111-115).

No que tange à relação entre Medicina, educação e infância no período imperial, de uma maneira geral a maior parte da historiografia segue o modelo de abordagem inaugurado por *Danação da Norma*, de 1978, cujo principal autor/organizador foi Roberto Machado e, principalmente, *Ordem Médica e Norma Familiar*, de Jurandir Freire Costa, publicado inicialmente em 1979. São análises que sobrepõem alguns conceitos foucaultianos à realidade brasileira e fazem uma determinada leitura da obra de Foucault<sup>6</sup>, enfatizando a existência de um poder médico e de um projeto médico higienista hegemônico, com objetivos claramente definidos, havendo um comprometimento de caráter político destes médicos com o novo Estado burguês e suas políticas de controle social, e a necessidade de formação de uma nova família e novos cidadãos, saudáveis e subjugados ao poder do Estado e da Medicina.

Na perspectiva de Costa (1983), no século XIX, a medicina, representada principalmente na higiene, teria incorporado a cidade e a população ao saber médico, buscando harmonizar interesses da corporação médica e objetivos da elite agrária. A higiene passou a atuar sobre a família, visando sobretudo as crianças, impondo sobre ela uma educação física, moral, intelectual e sexual que deveria revolucionar os seus costumes e levar os indivíduos a cultivar o gosto pela saúde, transformando assim o perfil sanitário e social da família (principalmente a família de elite), constituindo-se na instituição nuclear e conjugal que existe até hoje, higienicamente tratada e regulada. Os

---

<sup>6</sup> Como ressalta Marcos César Alvarez (2004: 172), a vulgarização das ideias de Foucault por seguidores e críticos acabou restringindo a análise do poder disciplinar a um caráter funcionalista. Na segunda metade da trajetória de Foucault, com livros como *Vigiar e Punir*, o autor se voltou para estudos de “genealogia do poder” e tecnologias de poder que não se reduzem às formas instrumentais e funcionais de controle social, mas que estão articuladas a outras práticas sociais. Muito mais do que um poder centrado no Estado, Foucault desenvolveu novas noções, como de *biopoder*, um poder que se exerce sobre a vida, em contextos sempre cambiantes, imanente a diversas outras relações (econômicas, sexuais). Desta forma, as relações de poder nesta fase da obra de Foucault não são restritas a uma dicotomia entre dominadores e dominados, sendo muito mais heterogêneas. Portanto, a noção de poder em Foucault não pode ser reduzida a uma visão unidimensionalmente repressiva, e nem a um simples diagnóstico da intensificação do controle social.

higienistas incidiram nas famílias articulando a ideia de que sua saúde e prosperidade dependeriam de sua sujeição ao Estado, o qual se valeria de ações médicas para se fortalecer politicamente. A criança se transformaria no centro da família e a ideia desta como algo nocivo seria um trunfo na ação da medicina pela hegemonia educativa das crianças. Nesse contexto, os médicos se voltariam para os colégios. A partir da análise de teses da faculdade de medicina, o autor analisa essa “intervenção médica” nos colégios a partir de suas prescrições sobre arquitetura, espaços escolares, uso do tempo, ensino da Ginástica, alimentação, vestuário, moral, dentre outros aspectos.

Essa mesma abordagem, que se foca na análise das teses publicadas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, é encontrada em Gondra (2004). Para este autor, como estratégia de consolidação da medicina e intervenção sobre o social, novos objetos foram incorporados no saber médico. Esta incorporação de novas práticas e objetos (como a infância e a escola) fortaleceu a crença no saber-poder médico, que procurava produzir um novo homem e uma nova cidade, ambos higienizados. A preocupação com a educação indicava a necessidade de uma intervenção “científica” sobre as crianças. A escola, assim, teria sido alvo da racionalidade médica. Os médicos formados pela Faculdade do Rio de Janeiro prescreviam medidas para melhorar a higiene e salubridade dos estabelecimentos de ensino, buscando formar o indivíduo em suas três dimensões: física, intelectual e moral. Tais prescrições, de forma semelhante como destacou Costa (1983), iam desde as preocupações com a localização dos prédios, a divisão dos espaços internos (circulação de ar, luz e água; prevenção de doenças; controle moral dos alunos, para evitar perigos como o onanismo e o homossexualismo), alimentação regular e saudável, vestimentas específicas, exercícios ginásticos, dentre outros. Contudo, o autor também se restringe à análise das teses, sem analisar as próprias instituições escolares, e reafirma a perspectiva de higienização social, considerando que

*“Seja nas que procuram tematizar de modo mais enfático os ‘collegios’, seja naquelas cujas preocupações giravam em torno da ‘formação da mocidade’ carioca/fluminense. Insistência no poder da higiene. Repetição na compreensão da necessidade de se fazer uma intervenção higiênica que articulasse, cimentasse e desenvolvesse, simultaneamente as três dimensões do homem, reconhecidas e referidas pelo discurso da ‘mãe extremosa’: a moral, a física e a intelectual. (GONDRA, 2004: 293).*

Entretanto, diversos autores buscam relativizar esse “poder médico” ou a ação dos higienistas nos oitocentos. Como demonstra Edmundo Coelho (1999: 140-148), ao longo de todo o século XIX o número de vacinações contra a varíola foi baixo; os gastos em saúde pública não passavam de cerca de 1% do orçamento do governo; não havia número de funcionários suficientes para realizar as inspeções a cortiços e habitações coletivas como defendiam os higienistas, ao contrário do caso francês, no qual os higienistas contavam com uma ampla rede de oficiais da administração que se estendiam por todas as províncias francesas; e, pelo contrário, o número de tais habitações não parou de crescer nas últimas décadas do século. Nesse sentido, não se trata de afirmar que o movimento higienista não existiu, mas sim evitar uma avaliação excessiva do poder dos médicos e da influência das ideias higienistas. Diversos regulamentos e leis foram publicados nesse período mas, para se tomar a real dimensão do higienismo, é necessário também analisar como esses regulamentos foram implementados.

Além disso, assim como o médico higienista visava a modificar a postura moral, física e intelectual da família, havia também práticas clientelistas operantes, que punham limites à prática profissional. Assim, é preciso relativizar a autonomia que a literatura histórica confere às elites médicas na condução da saúde pública e exercício da prática médica no período imperial. Os médicos na Academia Imperial de Medicina, assim como aqueles organizados em sociedades e periódicos buscavam uma autoridade científica, baseada na credibilidade e legitimidade auferida pelos pares. Portanto,

*“De fato a Higiene forneceu a sintaxe que permitia apreender e pensar, em termos científicos e ideológicos, os inúmeros conflitos étnicos, políticos e sociais, ligados à lógica de organização senhorial do espaço urbano. (...) Assim, no lugar das interpretações que explicam o pensamento médico e higienista deduzindo-o dos interesses imediatos das elites dominantes – forjando a consciência médica ‘de fora’ – procuraremos sublinhar as dinâmicas sócio-profissionais voltadas para produzir, validar e controlar o saber médico, segundo as mesmas regras de cientificidade abraçadas pela medicina higienista e anatomoclínica europeia então vigentes.” (EDLER, 2001: 99-100).*

Afastamo-nos, portanto, da concepção defendida por Costa (1983) e Gondra (2004), que partem do princípio de que a existência de teses publicadas nas faculdades de medicina sobre a higiene da infância e dos colégios correspondia a um processo de higienização da sociedade e consolidação de um poder médico sobre o corpo social, e



que não leva em conta as nuances no processo de institucionalização da medicina no Brasil. Como considera Edler (2011: 273), mesmo no caso europeu seria perigoso falar de uma medicina como algo fixo e homogêneo, assim como o que os médicos discutiam aqui não eram simples cópias ou distorções de modelos pré-existentes. O que constituía a ciência médica, ao longo do século XIX, mudou ao longo deste período, principalmente com a emergência das especialidades clínicas e laboratoriais. Portanto, a higiene teve grande importância mas não era a única disciplina que congregava e da qual partilhavam todos os médicos, havendo disputas e controvérsias no próprio campo da medicina, que procuraremos aprofundar ao longo da pesquisa.

Nesse sentido, analisando possíveis relações entre o Asilo de Meninos Desvalidos e os debates no campo médico, adotamos posição de análise com base em Rizzini (2009: 12-13), compreendendo que para se ter uma real dimensão do funcionamento das instituições educativas, é preciso também buscar as relações da instituição com grupos sociais, e dar voz aos alunos e às famílias, quando possível (embora seja um trabalho mais complicado, já que as crianças acolhidas nas instituições tornavam-se indistintamente “educandos” ou “menores”, e muito raramente existe documentação produzida pelos próprios alunos).

Na análise dos dossiês de alunos do Asilo presentes no PROEDES (Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade) da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, podemos perceber que o processo de admissão no Asilo era bastante complexo. Além da obrigatoriedade da apresentação de diversos documentos (como atestado de vacinação, atestado de pobreza emitido pelo Vigário da Freguesia ou o Inspetor de Quarteirão, certidão de óbito dos pais, quando o menino fosse órfão, dentre outros), os familiares ou responsáveis pelos meninos muitas vezes acionavam redes de conhecimento para que seus filhos fossem admitidos. Caso muito semelhante ao demonstrado por Danielle Ribeiro (2012: 81-84) no Hospício de Pedro II onde, ao contrário da visão dominante na historiografia que a polícia foi a principal responsável na admissão à instituição, como uma política de controle das classes urbanas, a maioria dos pedidos de internamento foi feito por familiares. Tendo em vista a grande demanda para entrada na instituição, estes familiares, que não tinham condições e viam no Hospício uma alternativa para o destino de seus alienados,

acionavam membros influentes da sociedade para que admissão fosse facilitada, um sinal das redes de clientelismo que permeavam a sociedade imperial.

No caso do Asilo de Meninos Desvalidos, embora o público-alvo da instituição fosse diferente, percebemos um papel ativo dos familiares e membros da elite imperial nos processos de admissão e desligamento dos meninos, e uma grande demanda para a entrada na instituição. Por vezes, membros das elites imperiais interferiam, e pediam a admissão de um menor, como no pedido do Barão de Mamoré<sup>7</sup>

*“Illmo Snr. Dr. Daniel de Oliveira Barros e Almeida  
Desejo que seja desde já admitido no Asilo o menor José Goettbauer, de 8  
anos de idade, filho legítimo de Luiz José Goettbauer e Isabel Windhacuser  
Goettbauer. Peço que me mande dizer com a possível brevidade quando  
deverá ser apresentado no estabelecimento o menino.” Soa com apreço, (...)  
Barão de Mamoré  
Em 14 de outubro de 1885.”<sup>8</sup>*

Meninos não necessariamente pobres ou órfãos poderiam entrar na instituição, assim, por meio de uma rede de favorecimento. Em 3 de junho de 1885<sup>9</sup>, o diretor Daniel de Almeida se defende de um discurso feito na Câmara dos Deputados por um representante da província de Pernambuco. Este afirmou que o Asilo de Meninos Desvalidos recebia “filhos-família ricos”, sendo um destes filho de uma família que deu um dote de trinta contos de reis para uma filha que iria se casar. O diretor prontamente afirma que a informação é inexata, considerando que tem tido o “maior escrúpulo no exame dos documentos que acompanham as petições”, e que nunca foi admitido menino que não se encontrasse em situação de indigência ou orfandade. Além disso, a instituição recebia doações de diversas ordens por parte de donos de fábricas, heranças deixadas para o estabelecimento, ou donativos em dinheiro de membros da alta sociedade do Império, o que poderia então se configurar como um ato de prestígio. É o caso do Comendador Domingos Farani, que doou cem mil reis para a instituição, e do Reverendo Cônego João Diogo Pereira de Vasconcellos, que doou quatrocentos e cinquenta mil reis, ambos no ano de 1878<sup>10</sup>.

A família também demonstra papel ativo na saída dos alunos, tanto nas reclamações do diretor de que familiares abrigam em suas casas meninos fugidos da

<sup>7</sup> In: PROEDES- Asilo de Meninos Desvalidos. Ano de 1886. AMD-1886-83.

<sup>8</sup> Optamos por transcrever as citações com a grafia atual, para facilitação da leitura.

<sup>9</sup> In: Arquivo Nacional – Série Educação. IE5 (83).

<sup>10</sup> In: AGCRJ – Fundo Câmara Municipal. Série Instrução Pública. Códice 13-3-6.

instituição, quanto nos pedidos de desligamento. O diretor, em ofício enviado ao Ministro dos Negócios do Império, chega a sugerir que as requisições de algumas mães não sejam atendidas, por estarem alegando falsos problemas de pobreza ou doença a fim de retirarem seus filhos da instituição antes do tempo previsto no Regulamento. Enaltecendo o caráter moralizador da instituição, o diretor argumenta<sup>11</sup> que

*“Com uma disposição altamente moralizadora, me parece que se deve cortar os abusos que surgem por parte de algumas que, pretextando e documentando mesmo moléstia e pobreza, fazem grandes esforços para retirar seus filhos do Asilo assim que os consideram educados e que podem bastar para serem explorados em seu benefício. É assim que se tem aparecido constantes pedidos, que resultam nos maiores inconvenientes para os menores que saem, porque ainda mal disciplinados, sem completa correção dos costumes e em pequena idade, são atirados a comunhão social, sem terem ainda forças para resistirem às mil seduções que o meio lhes oferece.”*

Em 1881, uma mãe, através de carta anônima<sup>12</sup> enviada ao Imperador, pede que ele “lance suas vistas” sobre a instituição, apontando que os meninos são maltratados; andam mal vestidos; servem como “presos da correção” (uma possível alusão à Casa de Correção); recebem uma “comida do gênero mais inferior que pode haver”; sofrem castigos bárbaros, a ponto de serem trancados nos dormitórios e surrados “de correia”; e, por fim, pede um ato de bondade e caridade ao Imperador, já que “(...) quando botamos nossos filhos lá foi para eles terem educação, e não para servirem como negros escravos carregando pedras na cabeça.” O Comissário encarregado pelo Governo de verificar as acusações procura<sup>13</sup>, então, desqualificar as acusações uma por uma, argumentando que em visita ao estabelecimento, encontrou todos os asilados com “semblante saudável e alegre”; a refeição oferecida aos alunos é apontada como abundante e de boa qualidade; os dormitórios foram encontrados varridos, com as camas feitas e limpas, sendo “as condições higiênicas destes dormitórios as melhores possíveis”; a enfermaria estaria bem localizada, apresentando excelentes condições de salubridade (algo que nem mesmo os diretores apontam<sup>14</sup> em seus relatórios na década de 1880, sempre buscando melhorias nas condições da enfermaria); e sobre a acusação

<sup>11</sup> In: Arquivo Nacional – Série Educação. IE5 (87).

<sup>12</sup> In: Arquivo Nacional – Série Educação – IE5 (26).

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> No relatório de 1888, o diretor Daniel d’Almeida afirma que as condições higiênicas da enfermaria são péssimas e gravíssimas, sendo esta de “dimensões excessivamente acanhadas, absolutamente insuficientes para receber os doentes que precisam ser tratados.” In: Arquivo Nacional – Série Educação. IE5 (86).

de serem os meninos obrigados a carregarem pedras, procura demonstrar que, em virtude de obras no terreno da instituição (obras nas quais os próprios meninos eram utilizados como mão-de-obra para serem “criados de si mesmos”, como aparece por vezes nos relatórios dos diretores), os asilados teriam carregados em carrinhos “leves e de fácil locomoção” as terras desmoronadas nas quais haveria pequenos pedaços de pedras, e que isto seria antes de tudo um exercício ginástico que contribuiria para torná-los mais vigorosos e sadios. O Comissário ainda argumenta que a acusação da existência de castigos corporais (proibidos pelo Regulamento) é falsa. São duas visões, portanto, completamente opostas sobre o que acontecia naquela instituição, sendo a carta da mãe um contraponto às visões otimistas dos diretores e comissários.

Neste sentido, a direção que, nos ofícios e relatórios, sempre buscava passar a impressão de boa administração, respondia às críticas publicadas em jornais como um ato malicioso por parte dos jornalistas. Em 24 de Março de 1889, o diretor Daniel d’Almeida rebate<sup>15</sup> a uma matéria publicada no jornal republicano “O Paiz” sobre o atraso no pagamento dos vencimentos dos empregados e funcionários do Asylo, argumentando que se trata de uma afirmação leviana, de um artigo no qual transparece a má vontade, e que o real objetivo do jornal seria o de atacar o Governo Imperial através da crítica à direção do Asilo. No fim, o diretor admite que os vencimentos estão atrasados não por culpa da instituição, mas pelo Tesouro Nacional ainda não ter habilitado o Almocharife a realizar os pagamentos referentes ao mês de Fevereiro.

No que tange à relação entre o Asilo e a aplicação de preceitos defendidos pelos higienistas<sup>16</sup> na concepção e funcionamento da instituição, os relatórios dos diretores (re)afirmam a adoção de tais princípios, desde a estrutura física<sup>17</sup> da instituição

<sup>15</sup> In: Arquivo Nacional – Série Educação. IE5 (87).

<sup>16</sup> Dois dos diretores da instituição (João Joaquim Pizarro e Daniel Oliveira Barros de Almeida) foram médicos formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Para Maria Zélia Maia de Souza (2009: 53), a concepção higienista justificaria a presença dos médicos exercendo funções burocráticas, e os cargos de direção do Asilo seriam um exemplo destas. No entanto, entendemos que o exercício desse tipo de função no período era reservado para uma pequena elite que tinha acesso à formação superior, constituída basicamente por bacharéis em Direito (como o primeiro diretor do Asilo, Rufino de Almeida) e médicos, e não como resultado direto de um projeto higienista.

<sup>17</sup> Em relatório de 1876, o então diretor interino João Joaquim Pizarro destaca este aspecto, enfatizando que a situação do prédio é “ (...)das melhores desta cidade sob o ponto de vista higiênico; colocado em uma pequena colina que se levanta na vasta planície dos terrenos de Andarahy, Grande e Villa Isabel é perfeitamente ventilado e com exposição à Leste.” Reitera também as boas condições higiênicas do estabelecimento, a presença de água, ar e luz, a eficiência dos exercícios ginásticos. Deixa transparecer,

(localizada em uma colina no bairro de Vila Isabel, longe dos conglomerados urbanos, vistos como focos de doenças), até a alimentação, vestuário e adoção de exercícios ginásticos. A não ser as já citadas reclamações quanto à enfermaria e queixas<sup>18</sup> pontuais sobre a necessidade de recursos para obras no prédio, o que transparece no discurso dos diretores é um otimismo em relação às condições sanitárias e higiênicas da instituição, e um grande elogio destes diretores ao seu próprio trabalho. Em 1881<sup>19</sup>, o diretor João Joaquim Pizarro argumenta que a lei e a ordem imperam na instituição (a despeito das constantes fugas), defende uma ampliação da capacidade máxima da instituição de 100 para 200 asilados, tendo em vista o grande número de requerimentos de admissão, além de refletir sobre medidas que tomou para a higiene da instituição, considerando que

*“Com estes cuidados, com os exercícios ginásticos habilmente dirigidos, e mais do que tudo, com o poderoso auxiliar da situação do edifício em uma colina bem batida dos ventos, não se tem desenvolvido até hoje n’este Asilo moléstias que representem as modificações orgânicas consecutivas à viciação do meio ambiente.*

A preocupação dos diretores com a ocorrência de determinadas doenças é constante. No relatório de 1889<sup>20</sup>, o diretor Daniel d’Almeida demonstra consternação com a epidemia de febre amarela reinante na cidade e, apesar de destacar o bom estado sanitário do estabelecimento resultado da adoção dos princípios higiênicos, instituindo um “cordão sanitário” (com desinfecção e lavagem das latrinas) para a manutenção da saúde dos meninos, optou por não deixar sair nenhum asilado enquanto não diminuísse a incidência da doença.

Entretanto, uma análise mais atenta desta mesma documentação permite uma relativização desse otimismo presente no discurso dos médicos diretores do Asilo de Meninos Desvalidos. Não somente as repetidas queixas sobre a condição da enfermaria e sobre a necessidade de reformas no edifício para receber cada vez mais meninos (que no ano de 1889 chegam a 350), mas também relatos sobre determinadas doenças deixam transparecer que por vezes as medidas higiênicas não eram devidamente aplicadas,

---

portanto, grande preocupação em relação à higiene no Asilo. In: In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1742/000487.html>. Acessado em 18/03/2013.

<sup>18</sup> Há de se destacar também os pedidos recorrentes dos diretores para a implantação do ensino agrícola e de oficinas de horticultura no Asilo, para a formação de uma mão-de-obra direcionada ao campo, em substituição à mão-de-obra escrava.

<sup>19</sup> In: Arquivo Nacional – Série Educação. IE5 (26).

<sup>20</sup> In: Arquivo Nacional – Série Educação. IE5 (87).

como reiteram os diretores. Isso aparece claramente quando os relatórios e ofícios tratam da ocorrência da tuberculose no Asilo, por vezes levando ao óbito os meninos. Os Regulamentos de 1875 e 1883 previam a realização de uma inspeção médica para a admissão na instituição, sendo vedada a entrada de meninos portadores de doenças contagiosas ou que os impossibilitassem para os estudos, as artes e o trabalho nas oficinas. Entretanto, quando se referem aos casos de tuberculose, os diretores afirmam que os meninos já entraram na instituição portando a doença, que pode ter sido adquirida através dos pais. Dessa forma, parece que a inspeção médica falhava na identificação da doença, ou esta se desenvolvia no ambiente da instituição, o que os diretores rechaçam em seus discursos, já que seria indício de problemas na sua administração. Visto que muitas vezes o acesso era facilitado por meio de pessoas influentes na sociedade imperial, os devidos procedimentos de entrada previstos também podem não ter ocorrido em muitos casos, entrando meninos debilitados no Asilo. No relatório de 1888<sup>21</sup>, o diretor aborda a questão dos tuberculosos, comunicando ao ministro do Império

*“(...) o estado geral depauperado de grande numero de meninos ultimamente recolhidos a este estabelecimento. Entre eles alguns apresentam já fenômenos de tuberculose inicial (...) e muitos acusam sensível fraqueza do aparelho respiratório. Torna-se necessário fazer notar que quase todos estes são filhos de pais falecidos de tubérculos pulmonares.”*

Há de se notar ainda, em um ofício de 1889, a presença de duas concepções acerca da transmissão de doenças. Por um lado, a referência a emanações contaminadoras da atmosfera, concepção referente à teoria miasmática, comum ao longo do século XIX, mas também a citação a microrganismos, indicando a presença da teoria microbiana em fins dos oitocentos. Na visão do Dr. Daniel D’Almeida, ambas as teorias não são incompatíveis, informando<sup>22</sup> ao Ministro do Império que

*“(...) está completamente a seco o braço do rio Maracanã que margeia pelo lado do Sul os terrenos deste Asilo. E como desse lado sopram os ventos dominantes, que lavam durante grande parte do dia este grande edifício em todos os seus compartimentos, receio que as emanações exaladas do fundo lodoso do rio venham a infeccionar a atmosfera ambiente do Asilo e com ela a sofrer a saúde dos asilados. Na falta absoluta d’água, que lave completamente o leito do rio, conserva-se entretanto a umidade suficiente para nele proliferarem com extrema rapidez microrganismos de toda a espécie como tenho verificado à microscópio.”*

<sup>21</sup> In: Arquivo Nacional – Série Educação. IE5 (86).

<sup>22</sup> In: Arquivo Nacional – Série Educação. IE5 (87).

Desta forma, até o presente momento, podemos perceber ao longo da pesquisa que diversos atores sociais estiveram envolvidos na experiência do Asilo de Meninos Desvalidos, instituição de educação e assistência para meninos pobres e órfãos em fins do Império. Não somente diretores, funcionários e ministros, mas também pais, alunos e membros das elites imperiais também aparecem na documentação participando de alguma maneira na experiência da instituição, seja em termos de admissão e desligamento dos meninos, fugas recorrentes por parte dos asilados, doações e denúncias enviadas por mães ou publicadas na imprensa. Além disso, partindo de uma concepção que destaca a presença importante da Higiene no século XIX, evitando contudo ver a Medicina como algo homogêneo e a Higiene como uma doutrina da qual partilhassem todos os médicos, percebemos que de fato havia uma preocupação nos discursos dos diretores do Asilo de Meninos Desvalidos em relação à adoção de preceitos higiênicos na instituição e um permanente otimismo em relação a suas condições sanitárias, ainda que estas mesmas fontes sugiram indícios que na prática diversos problemas relacionados à saúde dos meninos e às condições higiênicas do estabelecimento existiram durante o período analisado.

### Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Marcos César. *Controle Social* – notas em torno de uma noção polêmica. In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, n.18, v.1, p.168-176.

BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. *Informação e controle social no Rio de Janeiro oitocentista: o problema da menoridade e o Instituto de Menores Artesãos (1861-1865)*. Rio de Janeiro: Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História, UNIRIO, 2011.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

EDLER, Flávio. *A medicina acadêmica imperial e as ciências naturais*. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (orgs.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

EDLER, Flávio Coelho. *A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

FERREIRA, Luiz Otávio; MAIO, Marcos Chor; AZEVEDO, Nara. *A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa*. In: História, Ciências, Saúde- Manguinhos, v.IV, n.3, Nov. 1997 – fev.1998, p.475-492.

GONDRA, José. *Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

MACHADO, Roberto *et alli*. *Danação da Norma medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARTINS, Sylvania Martins. *Reformando a Casa Imperial: Assistência Pública e a Experiência do Asilo de Meninos Desvalidos na Corte (1870-1888)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2004.

RIBEIRO, Daniele Corrêa. *O Hospício de Pedro II e seus internos no ocaso do Império: desvendando novos significados*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz (Dissertação de Mestrado), 2012.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

RIZZINI, Irma. *A Pesquisa Histórica dos Internatos de Ensino Profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX*. In: Revista Contemporânea de Educação, v.4, p.1-18, 2009.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. *Internatos, asilos e instituições disciplinares na História da Educação Brasileira*. Apresentação. Revista Contemporânea de Educação, v. 7, p. 1-7, 2009.

SOUSA, Jorge Prata de. *A Mão-de-obra de menores: escravos, libertos e livres nas instituições do Império*. In: SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1999.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. *Educar, trabalhar, civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894): caminhos possíveis*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO (Dissertação de Mestrado), 2008.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. *O aprendizado para o trabalho dos meninos desvalidos: nem negros escravos e nem criminosos*. Revista Contemporânea de Educação, Rio de Janeiro, p.43-60, 2009.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *A criança no processo de transição do sistema de trabalho – Brasil, segunda metade do século XIX*. In: I Seminário de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Caminhos da historiografia contemporânea, Mariana, 2006.